

aula 8

Regulação + Federalismo (183 a 223)

Capítulo 7

Agências reguladoras no Brasil

EDSON NUNES

LEANDRO MOLHANO RIBEIRO

VITOR PEIXOTO

- Regulação do mercado e mercado da regulação
- Agências independentes do Estado, sem *accountability*
- Criação no contexto da reforma do Estado (anos 90)
- Desenho institucional: legislação e natureza jurídica
- Agências federais e agências estaduais

Quadro 5. Desenho institucional e autonomia das agências.

Autonomia e estabilidade dos dirigentes

- * Mandatos fixos
- * Mandatos não coincidentes
- * Estabilidade dos dirigentes
- * Aprovação pelo Poder Legislativo, mediante argüição
- * Pré-requisitos quanto à qualificação dos dirigentes

Independência financeira, funcional e gerencial

- * Autarquia especial sem subordinação hierárquica
- * Última instância de recursos no âmbito administrativo
- * Delegação normativa (poder de emitir portarias)
- * Poder para instituição e julgar processos
- * Poder de arbitragem
- * Orçamento próprio
- * Quadro de pessoal próprio

Transparência

- * Ouvidoria com mandato
- * Publicidade de todos os atos e atas de decisão
- * Representação dos usuários e empresas
- * Justificativa por escrito para cada voto e decisão dos dirigentes
- * Audiências públicas
- * Diretoria colegiada

Quadro 6. Agências reguladoras federais.

| Agência | Lei de Criação | Decreto de Instalação | Ministério Vinculado | Tipo de Regulação | Atividade Regulada |
|---|----------------------------|------------------------------|-----------------------------|--------------------------|---|
| Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) | Lei nº 9.427 (26/12/1996) | Decreto 2.335 (06/10/1997) | Minas e Energia (MME) | Econômica | Produção, transmissão, distribuição de energia elétrica |
| Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) | Lei nº 9.472 (16/07/1997) | Decreto 2.338 (07/10/1997) | Comunicações (MC) | Econômica | Telecomunicações |
| Agência Nacional de Petróleo (ANP) | Lei nº 9.478 (06/08/1997) | Decreto 2.455 (14/01/1998) | Minas e Energia (MME) | Econômica | Indústria do Petróleo |
| Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) | Lei nº 9.782 (26/01/1999) | | Saúde (MS) | Social | Produção e comercialização de produtos e serviços submetidos à vigilância sanitária |
| Agência Nacional de Saúde Suplementar(ANS) | Lei nº 9.961 (28/01/2000) | Decreto 3.327 (05/01/200) | Saúde (MS) | Econômica e social | Assistência suplementar à saúde |
| Agência Nacional de Águas (ANA) | Lei nº 9.984 (17/07/2000) | Decreto 3.692 (19/12/2000) | Meio Ambiente (MMA) | Social (ambiental) | Recursos hídricos |
| Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) | Lei nº 10.233 (05/06/2001) | Decreto 4.122 (13/02/2002) | Transportes (MT) | Econômica | Infra-estrutura de transportes aquaviários |
| Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT) | Lei nº 10.233 (05/06/2001) | Decreto 4.130 (13/02/2002) | Transportes (MT) | Econômica | Infra-estrutura de transportes terrestres |
| Agência Nacional do Cinema (Ancine) | MP nº 2.228 (06/09/2001) | | Casa Civil | Social | Indústria cinematográfica |
| Agência Nacional de Aviação (Anac) | Lei nº 11,182 (27/09/2005) | Decreto 5.731 (20/03/2006) | Ministério da Defesa | Econômica | Aviação Civil |

LEI N° 13.848/2019 – LEI GERAL DAS AGÊNCIAS REGULADORAS

Art. 2º Consideram-se agências reguladoras, para os fins desta Lei e para os fins da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000:

- I - a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel);
- II - a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP);
- III - a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel);
- IV - a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa);
- V - a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS);
- VI - a Agência Nacional de Águas (ANA);
- VII - a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq);
- VIII - a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT);
- IX - a Agência Nacional do Cinema (Ancine);
- X - a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac);
- XI - a Agência Nacional de Mineração (ANM).

<https://regulacaoemnumeros-direitorio.fgv.br/>

https://regulacaoemnumeros-direitorio.fgv.br

GPTZero ScholarOne Manuscri... Consulta Pública Unifi... https://www.tse.jus.br... Create your own Cust... Research Rabbit

FGV DIREITO RIO

CONTEÚDOS ESPECIAIS BOLETIM PUBLICAÇÕES SEJA UM PARCEIRO CONTATO

REGULAÇÃO
em números

Série Dados Abertos do Projeto Regulação em Números

SABIA MAIS >

SETORES DA REGULAÇÃO

- ENERGIA
- SANEAMENTO
- Saúde Suplementar
- SISTEMA FINANCEIRO
- TELECOMUNICAÇÕES
- TRANSPORTES
- VIGILÂNCIA SANITÁRIA

NOTÍCIAS

COORDENADORA CIENTÍFICA E PROFESSOR COLABORADOR DO REGULAÇÃO EM NÚMEROS PALESTRARÁ EM WEBINAR

Na próxima quinta-feira, 12/12, às 14h, será realizado o webinar: "Quem regula no Brasil? Perspectivas e desafios no âmbito da administração pública federal".

COORDENADORA CIENTÍFICA DO REGULAÇÃO EM NÚMEROS PARTICIPA DE MATÉRIA SOBRE AGÊNCIAS REGULADORAS

Foi publicado nesta sexta-feira (6/12), na Revista Veja, o matéria intitulada "Agências reguladoras federais sofrem com aparelhamento político e descafeína".

[TODAS AS NOTÍCIAS >](#)

EVENTOS

12
14-15 DEZ
WEBINAR | QUEM REGULA NO BRASIL? PERSPECTIVAS E DESAFIOS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

31
14-15 DEZ
FGV REG TALKS - THE EVOLUTION OF REGULATORY GOVERNANCE AND POLICY IN THE DIGITAL AGE

23
14-15 DEZ
REGULATION WEEK - 2ND EDITION

[TODOS OS EVENTOS >](#)

Capítulo 1

Federalismo

VALERIANO COSTA 1

- Federalismo para agregar ou para repartir o poder
- Não se confunde com descentralização
- Pressupõe autonomia das unidades
- Constituição de 1988:
 - Competências exclusivas ou compartilhadas
 - Sistema tributário e transferências

Características do arranjo federativo

- duas esferas autônomas do poder, dupla soberania, dupla identidade política;
- poderes concorrentes sobre o mesmo território e mesmos cidadãos
- unidades federadas com estrutura institucional independente do governo nacional (executivo, legislativo e judiciário estabelecidos em 2 níveis);
- suprema corte federal p/ processar os conflitos de competência, acima da união e das esferas locais;

Justificativas para a divisão vertical:

- Garantir, via democracia, estabilidade e legitimidade aos governos de sociedades marcadas por grande heterogeneidade de base territorial
- Reduzir o número de perdedores totais: quem perde no nível nacional pode ser compensado no nível local
- Conferir eficiência na divisão de poderes: governo central tem competências em questões relativas a grupos amplos (defesa, comércio exterior, moeda) e governos regionais naquelas com vantagens de localização

Quanto aos propósitos

- Unir: unidades relativamente autônomas se unem para aumentar sua soberania, retendo suas identidades individuais (Estados Unidos, Suíça, Austrália)
- Preservar a união: Estados unitários previamente existentes adotam o federalismo com condições de barganha dos governos locais para acomodar fragmentação (Índia, Bélgica, Espanha)

EDUARDO GRIN
ROGERIO SCHLEGEL
JOHANNA SCHNABEL
(EDS.)

Federalism and Democracy in Brazil and Beyond



TABLE OF CONTENTS

| | |
|--|----|
| INTRODUCTION | 9 |
| <i>Eduardo Grin Rogerio Schlegel Johanna Schnabel</i> | |
| 1 | |
| NEW DIRECTIONS IN THE PRACTICE OF FEDERALISM – THE ROLE OF THE FORUM OF FEDERATIONS | 23 |
| <i>Rupak Chattopadhyay</i> | |
| 2 | |
| FEDERALISM AND FEDERATIONS: AN INTRODUCTORY OVERVIEW | 29 |
| <i>Alan Fenna</i> | |
| 3 | |
| FEDERALISM AND FEDERATIONS: THE BRAZILIAN PERSPECTIVE | 45 |
| <i>Marta Arrêche</i> | |
| 4 | |
| FEDERALISM, POLITICS IN TIME, AND THE WELFARE STATE AS A CRISIS MANAGER IN THE UNITED STATES AND CANADA | 53 |
| <i>Daniel Béland</i> | |
| 5 | |
| FEDERALISM AND DEMOCRACY: CONNECTIONS AND CHALLENGES | 63 |
| <i>Jared Sonnicksen</i> | |
| 6 | |
| FEDERALISM AND DEMOCRACY IN CONTEMPORARY FEDERALISM: OVERCOMING A LONG TRAJECTORY OF DECOUPLING AND CREATING NEW FORMS OF COUPLING | 73 |
| <i>Fernando Luiz Abrucio</i> | |